



Apelação nº 0003162-91.2000.8.19.0068
Apelante: MUNICIPIO DE RIO DAS OSTRAS
Apelado: ANTONIO DE OLIVEIRA SILVA
Relatora: DES. FLÁVIA ROMANO DE REZENDE

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS. EXTINÇÃO DE OFÍCIO. BAIXO VALOR. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA FAZENDA PÚBLICA. NECESSIDADE. RESOLUÇÃO 547 CNJ. OBSERVÂNCIA DAS DIRETRIZES FIXADAS APÓS O TEMA 1.184 STF. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME

1. Execução fiscal ajuizada pelo Município para cobrança constante na CDA no valor de R\$ 474,93 referente a IPTU dos anos de 1994 a 1997.
2. Sentença extinguiu o feito, fundamentando-se na ausência de movimentação útil por mais de um ano, inexistência de bens penhoráveis e aplicação do Tema 1.184 do STF, da Resolução CNJ nº 547/2024 e do Incidente de Assunção de Competência nº 0079182-93.2024.8.19.0000.
3. Apelação do Município sustentando: (i) existência de outras execuções fiscais em trâmite contra a mesma devedora, com valor consolidado superior a R\$ 10.000,00; (ii) necessidade de prévia intimação para manifestação sobre o prosseguimento do feito; (iii) violação ao contraditório e ao precedente vinculante do próprio Tribunal.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão: (i) saber se é legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor sem prévia intimação da Fazenda Pública para manifestação; e (ii) se a existência de outros débitos em nome da mesma devedora impede a extinção do feito.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. O Tema 1.184 do STF e a Resolução CNJ nº 547/2024 autorizam a extinção de execuções fiscais de baixo valor, desde que observadas condições procedimentais mínimas, especialmente a prévia intimação da Fazenda Pública para manifestação.
6. O contraditório deve ser assegurado antes da extinção, permitindo ao exequente demonstrar a existência de bens penhoráveis, a utilidade do prosseguimento do feito ou a reunião de execuções em valor superior ao limite legal. Há pedido de penhora não examinado pelo Juízo.
7. A ausência de intimação específica do Município para adoção das providências previstas na Resolução CNJ nº 547/2024 e no Incidente de Assunção de Competência nº 0079182-93.2024.8.19.0000 configura cerceamento de defesa.



8. A existência de outros débitos em nome da mesma devedora pode afastar a extinção, caso demonstrada a reunião dos valores em montante superior ao limite estabelecido.

9. Necessária a anulação da sentença para que o Município seja intimado a adotar as providências cabíveis, em conformidade com o Tema 1.184 do STF.

IV. DISPOSITIVO E TESE

10. Recurso provido para anular a sentença.

Tese de julgamento: 1. A extinção de execução fiscal de baixo valor exige prévia intimação da Fazenda Pública para manifestação, nos termos do Tema 1.184 do STF e da Resolução CNJ nº 547/2024. 2. A existência de outros débitos em nome da mesma devedora pode afastar a extinção, caso demonstrada a reunião dos valores em montante superior ao limite legal. 3. A ausência de intimação específica do exequente para adoção das providências cabíveis, nos termos da Resolução 547 CNJ, configura cerceamento de defesa e impõe a anulação da sentença.

ACÓRDÃO

Cuida-se de execução fiscal ajuizada pelo Município de Rio das Ostras em face de Antonio de Oliveira Silva, para cobrança de IPTU dos anos de 1994 a 1997 no valor de R\$ 474,93.

A parte autora sustentou a exigibilidade do crédito regularmente inscrito e requereu a citação da parte ré para, no prazo legal, pagar a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, custas e despesas processuais, ou nomear bens à penhora em garantia da execução, sob pena de constrição patrimonial suficiente à satisfação integral do débito. Requereu, ainda, a intimação do cônjuge, caso a constrição recaísse sobre bens imóveis. Atribuiu à causa o valor de R\$ 474,93.

O executado foi citado por via postal em 20/05/2014. Na sequência, a Fazenda Municipal informou que o débito havia sido objeto de parcelamento e requereu a suspensão do feito, tendo sido registrados pagamentos parciais no âmbito administrativo. Posteriormente, o Município reiterou pedidos de prosseguimento da execução e apresentou sucessivos demonstrativos de atualização do débito.



Em 24/10/2020, foi deferida penhora on-line, condicionada à apresentação do débito atualizado, sobrevivendo novas diligências destinadas à satisfação do crédito.

Em 01/04/2025, a exequente requereu o prosseguimento da execução, inclusive mediante citação, penhora e, subsidiariamente, inscrição do executado em cadastros de inadimplentes, informando débito de R\$ 1.183,79 (id. 47).

Em outubro de 2025 foi proferida a sentença nos seguintes termos (id. 51):

Apesar da clareza da normativa, estabeleceu-se nesta Casa dissidência a respeito de qual seria o seu exato alcance e significado, motivando a instauração de Incidente de Assunção de Competência, tombado sob o nº 0079182-93.2024.8.19.0000, em cujo bojo, no entanto, se declarou que a única controvérsia a respeito da aplicação da Resolução residiria na regra prevista no seu art. 1º, § 1º, que deveria ser compreendida não como dever e, sim, como faculdade de o juiz da execução primeiro intimar o credor em processos sem movimentação útil para adotar, dentro de 90 dias, as providências necessárias para a realização da citação ou localização de bens suscetíveis de penhora, para só depois pôr fim ao executivo.

Ademais, não é movimentado em direção a algum resultado útil a mais de 01 ano, não podendo ser assim encarado pedido de pesquisa de bens no sistema conveniado deste E. Tribunal porventura pendentes de apreciação. Tampouco foi localizado patrimônio passível de penhora e/ou o devedor ou foi objeto de constrição quantia que não pudesse ser qualificada de irrisória.

Por isso, inexistente razão para que perdure vivo, ocupando espaço nos escaninhos desta Vara Judicial, em manifesto descompasso com o que foi decidido pelo STF em sede de repercussão geral (Tema nº 1.184), estipulado pela Resolução nº 547/24 do CNJ e determinado por esta E. Casa no Incidente de Assunção de Competência de nº 0079182-93.2024.8.19.0000.

JULGO, portanto, EXTINTA a execução.

Apelação interposta (id. 64), aduzindo, em resumo, que: (i) a sentença é nula por ter suprimido a etapa de regularização prevista no Incidente de Assunção de Competência nº 0079182-93.2024.8.19.0000, que faculta a concessão de prazo mínimo de três meses para que o exequente promova a citação ou a localização de bens penhoráveis antes da extinção da



execução; (ii) a ausência de prévia intimação da Fazenda Pública viola os arts. 9º e 10 do CPC e o princípio da não surpresa, além de configurar cerceamento do direito de impulsionar a execução; (iii) a extinção foi decretada sem que o Município tivesse oportunidade de demonstrar circunstâncias capazes de evidenciar seu interesse de agir, tais como a existência de outras execuções fiscais contra o mesmo devedor, cuja dívida consolidada ultrapassaria o limite de R\$ 10.000,00, o protesto prévio da CDA, eventual parcelamento administrativo ativo ou a satisfação integral do débito; (iv) a aplicação automática do Tema 1.184 do STF e da Resolução CNJ nº 547/2024, sem prévia oportunidade de manifestação da Fazenda, configurou *error in procedendo* e *error in iudicando*; (v) a medida mais eficiente e consentânea com os princípios da cooperação, da primazia do mérito e da não surpresa seria a prévia intimação do Município para manifestação acerca do prosseguimento da execução e adoção das providências cabíveis; e (vi) requer, em juízo de retratação, nos termos do art. 485, § 7º, do CPC, a desconstituição da sentença e o regular prosseguimento da execução ou, subsidiariamente, o provimento do recurso para anular ou cassar a sentença, com retorno dos autos à origem e prévia intimação do Município.

Apresentou, na oportunidade, certidão de débitos da mesma devedora, no valor de R\$ 4.052,36.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

V O T O

Conheço do recurso, uma vez que preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

Na Assunção de Competência 79182-93/2024, este Tribunal fixou balizas a serem seguidas nas execuções fiscais de valores inferiores a R\$ 10.000,00, adotando orientação do Tema 1.184 STF, complementado pela Resolução 547 CNJ.

i) ratifica-se a decisão encartada no indexador nº 1.560 para estabelecer que nenhuma decisão local poderá dissociar-se das disposições dos atos



normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça para cumprimento das decisões temáticas do Supremo Tribunal Federal, nomeadamente as questões objeto das divergências que ensejaram este IAC;

ii) declara-se que o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), previsto pelo § 1º do artigo 1º da Resolução CNJ nº 547/2024, não representa o piso para ajuizamento de execuções fiscais, mas sim critério para extinção de executivos fiscais já ajuizados e **nos quais se verifiquem, cumulativamente, ausência de movimentação útil há mais de um ano e inexistência de efetiva penhora de bens**;

iii) faculta-se intervenção jurisdicional em qualquer processo de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que se encontre paralisado por inércia do credor, ainda que em tempo inferior a um ano, **facultada concessão de prazo mínimo de três meses, para que o exequente promova a citação ou intimação de devedor para cumprimento das formalidades necessárias à formalização de necessária constrição patrimonial**, tudo sob pena de extinção provisória do processo.

iv) voltam a ter tramitação processual normal os processos que ficaram suspensos por força da decisão proferida no indexador nº 1.560, podendo os feitos ser encaminhados a distribuição de uma das Câmaras de Direito Público.

O Tema 1.184 dispunha que:

1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.
2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.
3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis.

Como a tese não especificava a forma procedimental a ser adotada, a Resolução 547 CNJ procurou dispor sobre o tema.

Logo no parágrafo 1º do artigo 1º, a Resolução estabelece que só serão extintas as



execuções nas quais não houver movimentação útil do processo há mais de um ano.

Art. 1º É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

§ 1º Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis.

§ 1º-A Consideram-se movimentações processuais úteis aquelas previstas no art. 921, § 4º-A, do Código de Processo Civil, tais como a efetiva citação, intimação do devedor ou constrição de bens penhoráveis. (redação dada pela Resolução n. 689, de 8.7.2026)

Verifica-se dos autos que permanece pendente de apreciação pelo Juízo de primeiro grau o pedido de penhora formulado pelo exequente.

A própria sentença destacou que:

Apesar da clareza da normativa, estabeleceu-se nesta Casa dissidência a respeito de qual seria o seu exato alcance e significado, motivando a instauração de Incidente de Assunção de Competência, tombado sob o nº 0079182-93.2024.8.19.0000, em cujo bojo, no entanto, se declarou que a única controvérsia a respeito da aplicação da Resolução residiria na regra prevista no seu art. 1º, § 1º, que deveria ser compreendida não como dever e, sim, como faculdade de o juiz da execução primeiro intimar o credor em processos sem movimentação útil para adotar, dentro de 90 dias, as providências necessárias para a realização da citação ou localização de bens suscetíveis de penhora, para só depois pôr fim ao executivo.

Não há nos autos intimação específica do Fisco para as providências acima aventadas.

Ademais, a mesma Resolução estabelece a necessidade de prévio protesto para o ajuizamento de novas execuções.

Deste modo, não parece razoável deixar de conceder ao Fisco a oportunidade de adotar as medidas presentes no artigo 3º.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Oitava Câmara de Direito Público
Apelação nº: 0003162-91.2000.8.19.0068

Art. 3º O ajuizamento da execução fiscal dependerá, ainda, de prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.

Parágrafo único. Pode ser dispensada a exigência do protesto nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto:

I – comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres (Lei nº 10.522/2002, art. 20-B, § 3º, I);

II – existência da averbação, inclusive por meio eletrônico, da certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora (Lei nº 10.522/2002, art. 20-B, § 3º, II); ou

III – indicação, no ato de ajuizamento da execução fiscal, de bens ou direitos penhoráveis de titularidade do executado.

IV – a inclusão do crédito inscrito em dívida ativa no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) de que trata a Lei nº 10.522/2002. (incluído pela Resolução n. 617, de 12.3.2025)

Acrescente-se que na sentença não consta o fundamento legal, a impedir a análise perfeita, eis que se desconhece se a extinção ocorre por ausência de andamento processual (e para isso seria necessária intimação) ou por falta de interesse de agir, diante do valor da execução.

Tendo em vista todo o acima exposto e o que decidido pelo STF no Tema 1.184, deve a Fazenda Pública ser devidamente intimada sobre as providências a serem adotadas no âmbito da execução, a fim de que a mesma possa prosseguir, competindo ao magistrado estabelecer, de forma clara que, o desatendimento do que determinado pelo STF/CNJ levará à extinção da ação por falta de interesse.

Diante do exposto, necessária a anulação da sentença, para que seja o Município intimado a proceder da forma que garanta a continuidade da execução, nos termos do Tem 1.184 STF.

Neste mesmo sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Oitava Câmara de Direito Público
Apelação nº: 0003162-91.2000.8.19.0068

INTERESSE PROCESSUAL. Extinção de Execução Fiscal nos termos do artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil, contra qual o Município se insurge. O Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 591.033, em sede de repercussão geral (Tema 109), entendeu que não cabe ao Poder Judiciário negar ao Município a possibilidade de executar os seus créditos de pequeno valor, sob pena de violação ao direito de acesso à Justiça, na hipótese de existência de lei estadual limitadora. Neste precedente, firmou-se o entendimento de que o Município, enquanto ente federado dotado de autonomia constitucional, detém competência legislativa plena tanto para a instituição do tributo quanto para a definição de eventuais hipóteses de desoneração ou de não ajuizamento de execuções fiscais, não sendo possível a aplicação automática de normas estaduais ou de critérios genéricos para presumir desinteresse na cobrança judicial de seus créditos. O Supremo Tribunal Federal atualizou a orientação, em sede de repercussão geral, no julgamento do RE nº 1.355.208 (Tema 1184), reconhecendo a possibilidade de extinção de execuções fiscais de baixo valor por ausência de interesse de agir, desde que respeitada a competência constitucional de cada ente federado e observadas condições procedimentais mínimas. O Conselho Nacional de Justiça, então, editou a Resolução CNJ nº 547/2024, cujo poder normativo é reconhecido pelo próprio Supremo Tribunal Federal, disciplinando o tratamento das execuções fiscais de baixo valor e estabelecendo, de forma expressa, a necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública, inclusive para que possa demonstrar a existência de bens do devedor ou a utilidade do prosseguimento do feito. In casu, não foi oportunizado ao Município o exercício do contraditório quanto à possibilidade de extinção do feito, em manifesta violação ao entendimento firmado no Tema 1184 do STF e às disposições da Resolução CNJ nº 547/2024. PROVIMENTO DO RECURSO para anular a sentença. (0043805-69.2019.8.19.0054 - APELAÇÃO. Des(a). LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE - Julgamento: 14/04/2026 - OITAVA CAMARA DE DIREITO PUBLICO)

Por tais fundamentos, **conheço e dou provimento ao recurso para anular a sentença e determinar o prosseguimento da execução fiscal.**

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

FLÁVIA ROMANO DE REZENDE
Desembargadora Relatora